

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 20 116

Data: 07.06.86 Pg.: \_\_\_\_\_

Noticiário Geral

# Contra violência, governo pode até intervir

190  
**CARLOS CHAGAS**

Se os Estados não conseguirem dar garantias mínimas de segurança de vida às suas comunidades, reduzindo o potencial de violência, intranquilidade, impunidade e até, segundo se diz, de cumplicidade de suas polícias diante de tais fatos, o governo federal agir. Não ficará omissivo e, conforme a Constituição, poderá intervir diretamente, numa ação gradativa da qual não exclui a própria intervenção, o último dos limites estabelecidos pela lei.

Ao dar essas declarações, ontem, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse estar iniciando uma campanha nacional de mobilização contra a violência, autorizada pelo presidente da República. Conclamou cada cidadão a tornar-se também um fiscal do Sarney naquilo que lhe é mais caro, o direito à própria vida. Os Estados devem mobilizar-se e atuar

através de suas Secretarias de Segurança e de suas polícias, porque, caso contrário, o governo federal agir.

O crime, tal como se apresenta hoje no País, não pode continuar, disse o ministro. Para ele, inexistente a pretensão de se acabar com a violência. Mas a situação, tal como está posta, é inaceitável. A violência campeia em todo o território nacional, sem maiores conseqüências. Como titular da Justiça, não tem feito outra coisa senão receber queixas e reclamações. Seu ministério transformou-se numa grande delegacia de polícia. Os telegramas pedindo providências somam pilhas e pilhas em seu gabinete. Há coisas que não pode fazer, legalmente, e há coisas que, mesmo querendo, não poderia, por falta de recursos. Mas seu dever é alertar, de início, as autoridades estaduais. Não comete a injustiça de dizer que as polícias civis dos Estados não prestam. Elas também enfrentam mil

problemas, mas a verdade é que deixam a desejar. Não cumprem suas funções, na

## Fazendeiro assassinado no Pará

Três homens ainda não identificados assassinaram sexta-feira, às 8 da manhã, o fazendeiro Braz Dorneles, de Goiânia, na Fazenda Marajoara, em Xinguará, no Pará. A denúncia foi feita ontem pelo presidente da União Democrática Ruralista de Goiás, Ronaldo Ramos Caiado, em telefonema a Brasília. Segundo ele, havia uma trégua desde a nomeação de Dante de Oliveira, "desrespeitada agora pelos homens que estão na região por motivos ideológicos".

O presidente da UDR-GO, que convocou produtores rurais de todo o País para o velório do fazendeiro hoje,

medida em que a intranquilidade tomou conta de tudo.

em Goiânia — pretendendo levar o corpo a Brasília —, relaciona, entre os suspeitos do assassinato, "o segmento radical de esquerda integrado por duas lideranças políticas da área (Paulo Fontele e Ademir Andrade) e os padres franceses Aristides Camio e François Guriou, que voltaram para aquela área".

Ainda ontem, o diretor geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, revelou que um longo estudo prevê o reaparelhamento e o aumento do efetivo do órgão, o que lhe dará maior eficácia.

## Bahia na mira

Brossard deu um exemplo do que acontece e do que poderá acontecer. Enviou ontem telex ao governador João Durval, da Bahia, em termos cadentes. Deu-lhe conhecimento de denúncia do deputado Jorge Viana, sobre a agressão a um vereador da cidade de Coaracy, Lourival Oliveira, hospitalizado em Salvador com comição cerebral por haver denunciado o mau estado da carne vendida na feira local. Pois o vereador está impedido de retornar ao seu município, jurado de morte. Os pistoleiros que o agrediram estão aguardando o seu retorno para assassiná-lo e passelam impunes pelas ruas. Coaracy tem delegado, promotor e juiz, e tudo se passa publicamente. Também na Bahia, este ano, foram assassinados dois prefeitos, Claudemiro Lima, de Gitauna, e Zeli Teixeira, de Floresta Azul. Nenhuma providência se tomou, apesar de am-

bos haverem, antes, pedido garantia de vida à Secretaria de Segurança. Em Ilhéus e Itabuna, agem ostensivamente quadrilhas de ladrões de automóveis, e parte do produto do roubo foi encontrada com a Polícia de Itabuna.

No seu telex a João Durval, que não enviou representante nem deu explicações sobre sua ausência, em recente reunião de secretários de Segurança promovida no Ministério da Justiça, Brossard concluiu:

"O governo federal não pode assistir indiferente a essas sucessivas violações dos direitos fundamentais da pessoa humana. Se a autoridade deixar de proteger esses direitos, o primeiro dos quais é o direito à vida, impor-se-á como dever a interferência federal. Custa-me formular esta nota e espero providências adequadas". Trata-se, para ele, de um alerta, que mais claro não poderia ser.

# Um plano para criar Estado indígena



## Do enviado especial

Elementos ligados à Funai e membros da ala progressista da Igreja Católica aliados ao Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, querem criar um Estado indígena independente na fronteira do Brasil com a Bolívia, pegando toda a extensão do Estado de Rondônia e uma parte do Mato Grosso, onde já existem dez parques indígenas que representam 808.800 hectares em Rondônia e 300 mil hectares no Mato Grosso. Apoiados por multinacionais interessadas no subsolo da Amazônia, rico em minérios, eles estão dispostos a lutar pela ampliação dos parques indígenas, criação de novos, mesmo que para isso tenham que trazer índios de outras reservas para povoar a fronteira.

A denúncia, feita por fazendeiros receosos de perder suas terras, mas que não querem identificar-se, não é nova, mas já preocupa as autoridades federais, que chegaram a discutir o assunto em Barretos, durante a visita que o presidente José Sarney fez àquela cidade. As suspeitas aumentaram recentemente, quando o padre mexicano Manuel Roberto Valdez Treviso e o "irmão" Evilásio Tambózi, ligados à CPT e ao Cimi, começaram a colher assinaturas de crianças de sete a 15 anos num abaixo-assinado que seria enviado à Brasília, pedindo terras para "índios e colonos".

Na mesma época, a Funai interditou 63 mil hectares nos municípios de Vilhena, Cerejeiras, Colorado D'Oeste "para atração de índios", ligando a reserva dos índios Tubarões à fronteira com a Bolívia. A população indígena de Rondônia é de seis a oito mil índios e cerca de 30% do Estado são reservas indígenas. Só na fronteira com a Bolívia estão instalados os seguintes parques indígenas:

Mequens, Ricardo Franco, Laje, Ribeirão, Pacaás Novos e Tubarões, agora acrescidos de 63 mil hectares em direção à fronteira. Próximos desses parques, que podem ser ligados por futuras interdições, estão os dos índios Uru-Eu-Wau-Wau, Rio Branco, Rio Negro Ocaia e Karipunas, que somam 2.356.800 hectares.

Outro fato que assustou os fazendeiros foi a invasão, recente, da Fazenda Guarajus, de propriedade do ex-ministro Alysson Paulinelli. O Movimento dos "Sem Terra" preparou a invasão, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra, e centenas de posseiros, armados, obrigaram o Incra a desapropriar 20 mil hectares da fazenda e distribuir os títulos aos colonos. Outras invasões estão sendo programadas na região, segundo denúncia do prefeito de Cerejeiras, Adelfino de Carvalho.

A tática desses indigenistas e progressistas da Igreja vem sendo aplicada há alguns anos e até agora tem dado certo. Uma fonte do Exército lembrou que quando o ex-ministro do Planejamento Delfim Netto foi a Washington assinar o contrato de asfaltamento da rodovia BR-364, encontrou no Banco Mundial uma denúncia da Funai, de que era necessário ampliar as reservas indígenas no Mato Grosso "para eles não desaparecerem". Delfim, então, mandou um telex urgente para o Brasil contando o ocorrido, e o presidente João Figueiredo imediatamente ampliou, em direção à fronteira as reservas dos Nagoretê, Haha Wtsu, Alentesu, Wasusu e Sararé, que era de 59.079 hectares, para 300 mil hectares, com apenas 183 índios.

O senador Galvão Modesto, do PMDB de Rondônia, num discurso no Congresso, denunciou o incitamento desses elementos, "que trazem índios de outras regiões para justificar uma área indígena", acres-

centando que os fazendeiros que colonizaram o Sul de Rondônia "não podem, não devem e não serão punidos por crimes que não cometeram". E lembrou um depoimento de Orlando Vilas Boas, feito em 1983, com relação a alguns sertanistas da Funai: "Não pense você que todos eram iguais a Nutels ou Rondon. Os maus sertanistas são maioria. Existem homens que não conhecem a realidade do índio. Existem homens que acham mais importante a sua própria aventura que a sorte do índio na sua experiência de contato com as coisas e os fatos que desconhecem. Isso acontece demais".

## CRIDORES

A preocupação do senador rondoniano é a mesma do presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mário Junqueira de Azevedo. Num documento enviado ao presidente José Sarney, ele pediu o fim da violência na área rural e denúncia a ação das mineradoras europeias, "que vêm utilizando membros da Igreja Católica, que se dizem progressistas, e índios, para obter concessões no subsolo da Amazônia". Junqueira de Azevedo disse que a Igreja quer que os agricultores brasileiros desocupem a região e usa diversos meios para conseguir seu objetivo, "inclusive a violência, e a criação de parques indígenas em áreas ricas em minérios, mesmo não habitadas por índios".

O presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil lembrou que atualmente o DNPM concedeu 537 alvarás para pesquisa e lavra do subsolo das terras indígenas e que 1.732 pedidos estão em tramitação. E fez outra denúncia: "As mineradoras europeias vêm enviando vultosas verbas a alguns membros da Igreja, o que já foi comprovado pela Cacex e denunciado pelo cardeal Vicente Scherer".